Considerando que a Direcção-Geral do Tesouro solicitou a transferência do referido motorista de ligeiros para o seu quadro de pessoal: Assim, ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º, conjugado com o n.º 5 do mesmo artigo, ambos do Decreto-Lei n.º 193/2002, de 25 de Setembro:

Determina-se o seguinte:

1 — É transferido para o quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro na seguinte situação jurídico-funcional:

Carreira — motorista de ligeiros;
Categoria — motorista de ligeiros;
Escala/índice — 8/233.

2 — A transferência a que se refere o número anterior produz efeitos a 10 de Outubro de 2005.

4 de Outubro de 2005. — O Director-Geral do Tesouro, *José Castel-Branco*. — O Secretário-Geral do Ministério da Saúde, *Rui Gonçalves*.

Despacho conjunto n.º 823/2005. — Considerando que a funcionária Maria de Nazareth Sousa Rocha, na situação de licença sem vencimento por tempo indeterminado desde 1 de Abril de 1978, solicitou o regresso à actividade, foi afectada à DGAP, conforme o despacho conjunto n.º 10/2005, de 12 de Novembro de 2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2005;

Considerando o interesse da Administração Regional de Saúde do Norte na integração da funcionária em questão na categoria de técnica superior principal:

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, e no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro, determina-se que seja integrada no quadro de pessoal da ARS do Norte, Sub-Região de Saúde do Porto, a exercer funções no Centro de Saúde de Paredes e Rebordosa/Unidade de Saúde de Rebordosa, em lugar automaticamente criado para o efeito e a extinguir quando vagar, na seguinte situação jurídico-funcional:

Carreira — técnica superior de serviço social;
Categoria — técnica superior principal;
Escala/índice — 1/510.

12 de Outubro de 2005. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Teresa Nunes*. — O Presidente do Conselho de Administração da Administração Regional de Saúde do Norte, *A. Maciel Barbosa*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 824/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no uso da competência delegada pelo Secretário de Estado da Cultura, através do despacho n.º 15 948/2005, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho de 2005, são aprovados os programas de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de especialista de informática e nas categorias de técnico de informática dos graus 1, 2 e 3, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, constantes do anexo ao presente despacho e do qual fazem parte integrante.

19 de Outubro de 2005. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Teresa Nunes*. — O Presidente do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, *Elsio Cabral de Oliveira*.

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de especialista de informática e nas categorias de técnico de informática dos graus 1, 2 e 3, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia.

1 — Especialista de informática:

Sistemas de informação — planeamento e gestão;
Programação — linguagens e metodologia;
Aplicações — desenvolvimento e manutenção;
Bases de dados — planeamento e gestão;
Sites — planeamento e organização;
Infra-estrutura de rede — planeamento e gestão;
Redes de comunicação — planeamento e gestão;

Correio electrónico — gestão;
Segurança informática — planeamento e organização;
Projectos informáticos — gestão;
A informática nas sociedades e nas organizações;
Qualidade na produção de *software* e dados;
Auditoria informática.

2 — Técnico de informática dos graus 1, 2 e 3:

Noções gerais de informática;
A informática nas sociedades e nas organizações;
Sistemas operativos — administração;
Linguagens de programação — conceitos e programação;
Sites — *design* e desenvolvimento;
Infra-estrutura de redes — conceitos de arquitectura e topologia;
Redes locais — administração;
Infra-estrutura de rede — diagnóstico e regularização de anomalias;
Segurança de sistemas informáticos;
Segurança e integridade da informação.

A pormenorização e delimitação dos temas e matérias constarão dos respectivos avisos de abertura dos concursos.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 1036/2005 (2.ª série). — O Conselho de Segurança das Nações Unidas, pela Resolução n.º 1551 (2004), adoptada em 9 de Julho de 2004, aprovou a permanência de uma força multinacional na Bósnia Herzegovina, estendendo a missão da SFOR e transferindo a liderança da NATO para a União Europeia, com a finalidade de continuar o processo de estabilização da paz e evitar o reacender do conflito.

A União Europeia constituiu uma força europeia (EUFOR) e aprovou o plano para a designada «Operação Althea», tendo o DSACEUR sido nomeado comandante da mesma, com o seu quartel-general (QG) sediado no SHAPE.

Em 23 de Novembro de 2004, foi efectuada a conferência de geração de forças para as operações da NATO e UE a decorrer em 2005, tendo Portugal disponibilizado para a operação «Althea» uma companhia de atiradores, uma companhia de comando e serviços, 9 elementos para o QG da EUFOR, 15 elementos para o QG da força multinacional Norte, 12 elementos para duas equipas de observação e ligação e 8 elementos para uma equipa de verificação, num total de 290 militares.

A missão teve início em 2 de Dezembro de 2004.

Deste modo, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 41.º e na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1 — Autorizar o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a aprontar, empregar e sustentar o contingente nacional, na força internacional da EUFOR, sob o comando da União Europeia.

2 — O referido contingente é constituído por uma companhia de atiradores, uma companhia de comando e serviços, 9 elementos para o QG da EUFOR, 15 elementos para o QG da força multinacional Norte, 12 elementos para duas equipas de observação e ligação e 8 elementos para uma equipa de verificação, num efectivo máximo de 290 militares.

3 — Temporariamente, e em avaliação permanente, poderão ser utilizados outros meios dos três ramos das Forças Armadas para apoio e sustentação deste contingente.

4 — A duração da missão é de seis meses, a partir de 2 de Dezembro de 2004, sendo prorrogável sucessivamente por iguais períodos.

5 — De acordo com o n.º 5 da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, os militares que integram o contingente nacional desempenham funções em país de classe C.

15 de Julho de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Louvor n.º 1394/2005. — Louvo o sargento-ajudante do Serviço de Administração Militar 11279486, José de Freitas Vieira, pela forma meritória e competente como ao longo de dois anos e meio vem desempenhando as suas funções na assessoria financeira da Direcção de Serviços de Infra-Estruturas e Comunicações da Direcção-Geral de Infra-Estruturas.

Contribuindo significativamente para um melhor desempenho da referida área, onde é, também, responsável pelo fundo de maneo, evidenciado para além de profundos conhecimentos técnicos elevado espírito de iniciativa e missão.

De destacar ainda a disponibilidade, o espírito de colaboração e a competência profissional patenteados no apoio às restantes áreas da Direcção de Serviços, contribuindo de forma decisiva para o cumprimento da sua missão.

Aliando às suas qualidades profissionais uma conduta pessoal e militar irrepreensível, cultivando os princípios da integridade, lealdade e rigor, merece a confiança e apreço dos seus superiores e a estima e respeito dos que com ele colaboram, pelo que é digno de ser publicamente louvado e apontado como exemplo.

12 de Outubro de 2005. — O Subdirector-Geral, *João Manuel Maia de Freitas*, major-general.

Louvor n.º 1395/2005. — Louvo a assistente administrativa especialista Isabel Maria Ferreira dos Santos pela forma dedicada e competente como ao longo de três anos vem desempenhando as suas funções na assessoria financeira da Direcção de Serviços de Infra-Estruturas e Comunicações da Direcção-Geral de Infra-Estruturas.

Organizada e ponderada, possuidora de grande competência profissional, alicerçada na sua larga experiência nesta área, põe no seu trabalho diário toda a atenção na procura de soluções rápidas e eficazes de forma a rentabilizar resultados em termos de eficiência, revelando-se um prestimoso elemento no cumprimento da missão dos serviços.

Dotada de grande capacidade de trabalho, dedicada e voluntariosa, conseguiu, fruto da sua acção e da sua preciosa colaboração na resolução das inúmeras solicitações inerentes a esta área, obter melhorias significativas na capacidade de resposta e nos resultados, que traduzem bem o mérito que possui, que muito me apraz registar e a torna merecedora deste público louvor.

12 de Outubro de 2005. — O Director-Geral, *Bernardo Xavier Alabaça*.

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Louvor n.º 1396/2005. — Louvo o tenente-coronel TPAA 032103-G, José João Saleme dos Santos Nunes, pela dedicação, competência e grande disponibilidade reveladas pelo serviço durante os cerca de dois anos em que esteve colocado na Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

Militar dotado de sólida formação profissional, muito experiente e metódico, adaptou-se facilmente às novas funções que lhe foram atribuídas na Divisão de Assuntos Sociais, designadamente no âmbito da assistência na doença aos militares das Forças Armadas e dos complementos de pensão, onde revelou amplas qualidades de trabalho e grande sentido de responsabilidade, afirmando-se, assim, como um excelente colaborador.

Na área dos assuntos sociais, importa relevar a actividade desenvolvida na elaboração de pareceres, de propostas e de documentos relativos às constantes e diversificadas solicitações e questões apresentadas por particulares e instituições, participando ainda em reuniões de trabalho quer a nível interno quer com entidades externas, onde teve um desempenho altamente positivo, representando de forma prestigiosa a sua organização.

Oficial com elevados dotes de carácter, leal, franco, correcto e disciplinado, evidenciou também um relacionamento humano excelente, reconhecido por quantos que com ele tiveram oportunidade de privar, contribuindo dessa forma para a criação de um bom ambiente de trabalho.

Pelas qualidades profissionais e pessoais evidenciadas, o tenente-coronel Santos Nunes é merecedor de público louvor, devendo, por isso, os serviços por si prestados ser considerados de elevado mérito.

12 de Outubro de 2005. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 1037/2005 (2.ª série). — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por escolha ao posto de capitão-tenente, em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, os primeiros-tenentes da classe de engenheiros navais (no quadro) que satis-

fizeram as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Janeiro de 2005, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, em consequência das vacaturas resultantes da fixação dos quadros especiais aprovado pelo despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 02/05, de 25 de Janeiro:

23187, 1TEN EN-MEC José António de Brito Pereira Cavaco (no quadro).

20888, 1TEN EN-AEL António Adolfo Mendes Abrantes (no quadro).

20588, 1TEN EN-AEL Rui Manuel Simões Sousa (adido ao quadro).

22788, 1TEN EN-MEC João Paulo Sardo Carapinha (no quadro).

21188, 1TEN EN-AEL Jorge Manuel da Costa Rodrigues Correia (no quadro).

23788, 1TEN EN-MEC Sérgio Bruno Nogueira Ribeiro e Silva (no quadro).

21988, 1TEN EN-MEC Carlos Jorge Serra Rodrigues Marques (no quadro).

Estes oficiais, uma vez promovidos, e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 21887, capitão-tenente da classe de engenheiros navais Bráulio Manuel Rodrigues Pinto.

18 de Outubro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu*, almirante.

Portaria n.º 1038/2005 (2.ª série). — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover, por escolha, ao posto de capitão-tenente, em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, o 23388, primeiro-tenente da classe de engenheiros navais Carlos Manuel Ribeiro Gonçalves (no quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Janeiro de 2005, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, conforme previsto no n.º 3 do artigo 62.º do EMFAR, ficando na situação de supranumerário ao quadro de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 174.º do mencionado Estatuto, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Este oficial, uma vez promovido, deverá ficar colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe, respectivamente, à esquerda do 20588, capitão-tenente da classe de engenheiros navais Rui Manuel Simões Sousa, e à direita do 22788, capitão-tenente da classe de engenheiros navais João Paulo Sardo Carapinha.

18 de Outubro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu*, almirante.

Portaria n.º 1039/2005 (2.ª série). — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º e de acordo com o artigo 129.º e o n.º 1 do artigo 213.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), ingressar na categoria de oficial na classe do serviço técnico os seguintes militares no posto de subtenente, a contar de 1 de Outubro de 2005, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os respectivos vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea c) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 68.º do EMFAR, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto:

850290, 1SAR ETI António Joaquim Courela Alexandre.

918390, 1SAR ETC Pedro Miguel dos Santos Dias.

6302991, CAB L Mário José de Oliveira Nunes Barra.

620091, 1SAR MQ Alexandre Jorge Martins Sequeira.

6200291, 1SAR MQ Fernando Manuel Pratas Quaresma.

237691, CAB L António Pedro de Loureiro Ramos.

908890, 1SAR ETA Augusto João Bilro Rebola.

772090, CAB FZ Luís Miguel de Carvalho Fulgêncio.

6200991, 1SAR MQ José Manuel Martinho Sequeira.

6202391, 1SAR ETI Aútilio Veiga Andrade.

907689, 1SAR ETI Fernando Paulo Carvalho Fortaleza.

707989, CAB FZM José Alberto Carmelino Albuquerque.

410593, 1SAR ETS Victor Manuel e Sá Venda.

907790, CAB L Hélder António Galamba Fortunato.

173387, 1SAR ETC Vítor Manuel Santos Mendes.

404085, 1SAR ETI Paulo Manuel Miranda Duarte.

Estes militares, uma vez promovidos, e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade e classe à esquerda